

CAMPANHA NACIONAL PELO ENSINO PÚBLICO E GRATUITO

-MÂNIFESTO À NAÇÃO-

O sistema educacional brasileiro está agonizando. Há cerca de sete milhões de crianças sem escola. De cada 100 crianças que entram na primeira série, mais de 50 se evadem, apenas 37 concluem a 4.^a série, 17 terminam a 8.^a série, 9 conseguem fazer o 2.^o grau e apenas 6 entram na Universidade. A baixa renda familiar eo desemprego levam as crianças ao trabalho em idade que deveriam apenas estudar e brincar. Nenhum filho de trabalhador neste país pode ter a certeza de concluir um curso do primeiro grau à Universidade.

A educação é uma das necessidades básicas da população. Sem ela, um povo não é capaz de gerir seu próprio destino; aproveitar os bens culturais produzidos, contribuir efetivamente para o real desenvolvimento do país e como consequência conseguir melhores condições de vida individual e familiar.

A educação no Brasil é destinada a uma minoria, porque o acesso a ela exige recursos financeiros que poucos possuem. Ainda assim, como na saúde, há uma educação de rico e uma educação de pobre. O estado considera que o que é oferecido gratuitamente não dá direito à reclamação, como se tudo já não fôsse pago e muito bem pago pelos impostos. Assim, o ensino de primeiro e segundo graus da rede pública torna-se cada dia de pior qualidade, com funcionários e professores mal pagos, prédios sem manutenção.

Ao nível do ensino superior o governo incentivou a criação de empresas que se preocupam apenas com o lucro e embora ofereçam ensino de pior qualidade, cobram arnuidades extorsivas. As condições de trabalho dos professores destas empresas são as piores possíveis. São despedidos, a qualquer tempo do ano letivo, às vezes quase todos os professores de um curso e de uma vez só. Não há a menor preocupação com a formação dos estudantes.

Após contínua iniciativa contra os interesses sociais, vem o governo anunciar a implantação do ensino pago nas instituições de ensino superior públicas, agitando de maneira estranha a bandeira da justiça social como finalidade para essa medida. Um governo que reverte bilhões de cruzeiros em iniciativas iníquas como a de salvar da falência a empresa multinacional do projeto Jari, que enterra bilhões de cruzeiros num programa nuclear condenado por toda comunidade científica brasileira e que cria estímulos e benefícios para os grandes capitais, regateia, no entanto, verbas para os setores públicos como a educação, a saúde, a habitação, a previdência e a cultura.

Fazer justiça social não é cobrar o ensino público, porque apenas 25% dos estudantes estão na Universidade pública. Fazer justiça social é o Estado assumir sua responsabilidade pela educação, desde a pré-escola até a Universidade. É oferecer va-

gas e ensino de boa qualidade a todos. É preocupar-se com os problemas reais do povo trabalhador, distribuindo de modo equitativo a riqueza por eles produzida, criar mercado de trabalho para aqueles que se encontram em idade produtiva, e manter na escola pública todas as crianças e jovens em idade escolar.

- LUTE PELO ENSINO PÚBLICO E GRATUITO QUE É SEU DIREITO.
- 12% COMO MÍNIMO NO ORÇAMENTO NACIONAL PARA A EDUCAÇÃO.
- 25% COMO MÍNIMO NOS ORÇAMENTOS ESTADUAL E MUNICIPAL.

ENSINO PÚBLICO E GRATUITO
DIREITO DE TODOS
DEVER DO ESTADO

SÃO PAULO, ABRIL DE 1982.

- ANDES - ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS DOCENTES DO ENSINO SUPERIOR
- UNE - UNIÃO NACIONAL DOS ESTUDANTES
- CPB - CONFEDERAÇÃO DOS PROFESSORES DO BRASIL
- UBES - UNIÃO BRASILEIRA DE ESTUDANTES SECUNDARISTAS